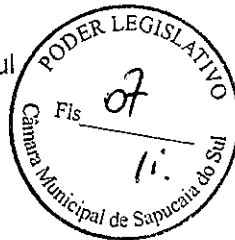




CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006960

Requerente: Vereador Marco Antônio da Rosa

Súmula: Projeto de Lei "Proíbe a comercialização, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no [SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre projeto de lei de origem de vereador com assento nesta nobre Casa Legislativa, cujo escopo "proíbe a comercialização, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Município de Sapucaia do Sul". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

A respeito da matéria tratada na proposição, transcrevemos:

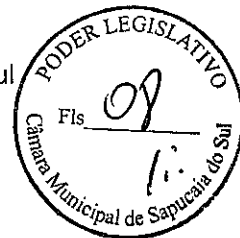
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.065, de 18 de maio de 2017, de iniciativa parlamentar, do Município de Socorro, que proibiu a **comercialização, cessão ou utilização de quaisquer tipos de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido no Município. Invasão da competência da União a quem compete legislar sobre o tema, consoante o disposto no artigo 24, V, da Carta da República, aplicável aos Municípios por força do art. 144 da Carta Estadual. União que estabeleceu, através do Decreto 4.238/1942, regulamentado ao depois pelo Decreto 3.665/2000, o comércio e a fiscalização dos referidos produtos. Afronta aos consectários da razoabilidade e da livre iniciativa, este último erigido à condição de princípio fundamental.** Ação procedente. "uma vez editadas as normas gerais pela União, as normas estaduais deverão ser particularizantes, nos sentido de adaptação dos princípios, bases, diretrizes e peculiaridades regionais (competência suplementar)". (ADI 2.656/SP, Rel. Min. Maurício Correia, j. em 08 de maio de 2003).

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2173855-93.2017.8.26.0000; Relator (a): Xavier de Aquino; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 13/12/2017; Data de Registro: 15/12/2017)



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

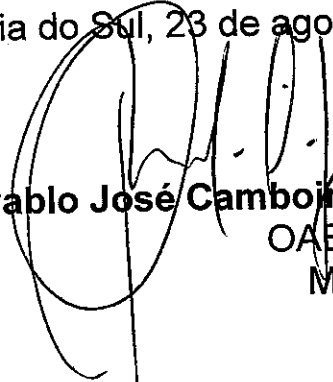


Adotamos o entendimento contido no acórdão acima transcrito, lançando nestes termos competente ressalva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que entendemos pertinentes, e ressaltando a ressalva acima lançada, encaminhamos o expediente à sua tramitação regimental, com conclusão às comissões de mérito desta Casa Legislativa, e posterior deliberação plenária. À consideração superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as diligências de costume.

Sapucaia do Sul, 23 de agosto de 2018


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo.


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257